

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO GESUP.F 1.099/2022	
OBJETO DO CERTAME	
Contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil – D&O (Directors and Officers) para Diretores, Conselheiros, Administradores e Empregados da INB – Indústrias Nucleares do Brasil, apontados no grupo segurado (Pessoa Segurada), com abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial), conforme Termo de Referência.	
SESSÃO PÚBLICA	ABERTURA DE PROPOSTAS
www.gov.br/compras	21/09/2022 às 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
SIGILOSO (conforme art. 34 da lei 13.303/16)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	EXCLUSIVA ME/EPP?
Menor Preço Global	NÃO
LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO SERVIÇO	
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Fábrica de Combustível Nuclear - FCN Rod. Presidente Dutra, km 330, s/nº - Engenheiro Passos – Resende/RJ - CEP: 27555-000 [Abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial)].	
ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E ENVIO DE DOCUMENTOS	
Endereços eletrônicos: rodrigomoreira@inb.gov.br e gesup@inb.gov.br . Assunto: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.099/2022. Endereço físico: Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Gerência de Suprimentos – PE GESUP.F 1.099/2022. Rod. Presidente Dutra, km 330, s/nº - Engenheiro Passos – Resende/RJ - CEP: 27555-000	
REFERÊNCIA DE TEMPO	
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).	
ANEXOS AO EDITAL	
Anexo I - Modelos de Documentos Anexo II - Minuta de Instrumento Contratual Anexo III - Termo de Referência Anexo IV - Planilha de Preços	

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

A INB torna público que realizará licitação de abrangência nacional na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, sendo a presente licitação e a consequente contratação regidas pela Lei n.º 13.303/2016, pelo rito da Lei n.º 10.520/2002 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da INB, disponível em www.inb.gov.br/licitacoes, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e demais normas legais correlatas.

1. Preâmbulo

- 1.1. Este documento contém regras a serem observadas pelos licitantes para participação, elaboração e apresentação da Proposta e atendimento as condições de habilitação.
 - 1.1.1. Define-se como **Proposta Comercial** o conjunto de documentos contendo dados e informações relacionadas ao fornecimento de que trata este Edital, incluindo dados comerciais, dados técnicos, catálogos, diagramas e desenhos, planilhas de composição de custos e outras informações complementares apresentadas pelo Licitante.
 - 1.1.2. Define-se como **Habilitação** o conjunto de documentos capazes de demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira do Licitante.
- 1.2. Entendem-se como Documentos de Licitação este Edital, como também os suplementos ao mesmo que venham a ser emitidos pela INB.
- 1.3. A contratação do objeto de que se trata a presente Licitação será adjudicada a **uma única** empresa, respeitadas as condições estabelecidas neste Edital. As Propostas deverão contemplar a prestação total do(s) serviço(s) objeto desta Licitação, não sendo aceitas propostas para prestação parcial do(s) serviço(s).
- 1.4. O valor estimado da Licitação é sigiloso conforme determina o item 2.10 do Capítulo 4 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB, bem como o art. 34 da Lei n.º 13.303/2016.
- 1.5. **Em caso de eventual divergência existente entre as especificações técnicas descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá sempre o especificado no Edital do certame.**
- 1.6. O presente Edital foi aprovado pela Consultoria Jurídica da INB, por intermédio do Parecer COOCT.P n.º 225/22 de 31 de agosto de 2022, nos termos do item 2.6.1 do Capítulo 4 do Regulamento de Licitações e Contratos da INB.

2. Prazo e Local de Execução do(s) Serviço(s)

- 2.1. O prazo para execução do(s) serviço(s) será de 12 (doze) meses (09/11/22 à 09/11/23), contados a partir da assinatura do instrumento contratual, **com possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses (09/11/23 à 09/11/24).**
- 2.2. O(s) serviço(s) será(ão) executado(s) no endereço informado na capa deste Edital.

3. Condições de Participação

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.
 - 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste

Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

- 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à INB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados considerados impedidos pela legislação em vigor, tais como aqueles que:
 - 3.2.1. Tenham sofrido penalidade ou proibição que, de algum modo, limite a sua participação em licitações ou sua contratação pela Administração Pública, nas hipóteses legais em que a abrangência das sanções alcance a INB, a exemplo das previstas nas Leis 8.666/93, 10.520/02, 12.527/2011, 12.529/2011 e 9.605/98;
 - 3.2.2. Estejam sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
 - 3.2.2.1. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar a empresa que apresentar o comprovante de deferimento da recuperação judicial ou extrajudicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - 3.2.3. Se enquadrem em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seus artigos 38 e 44.
 - 3.2.4. Possuam vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto nº 7.203/2010.
 - 3.2.5. Cujo administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:
 - I. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela contratação ou;
 - II. autoridade hierarquicamente superior no âmbito da INB, conforme Decreto nº 9.507/2018.
- 3.3. Os impedimentos serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. Não será admitida a participação de cooperativa ou de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.
- 3.5. O licitante poderá participar desta licitação por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

4. Formalização de Consultas

- 4.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas, qualquer interessado poderá enviar à INB pedido de esclarecimento acerca deste Edital, através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital.
- 4.2. Antes da data limite de recebimento das Propostas, a INB poderá emitir suplementos

para rever, emendar ou modificar qualquer parte deste Edital.

- 4.2.1. Os suplementos a este Edital que afetem, inquestionavelmente, a formulação da Proposta, ocasionarão a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.
- 4.3. Todos os esclarecimentos e suplementos emitidos serão disponibilizados no sistema eletrônico. No caso de esclarecimentos, a resposta da INB não identificará a fonte que os solicitou.
- 4.4. É de responsabilidade do Licitante manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações ou esclarecimentos acerca do Edital, através de consulta permanente ao sistema eletrônico, não cabendo à INB a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 4.5. Não deverão ser consideradas pelos licitantes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.
- 4.6. Os interessados em ter vistas ao processo administrativo, respeitado o sigilo do valor estimado da contratação e dos documentos relativos à formação de preços, poderão solicitar, previamente, acesso aos documentos através de pedido enviado para a INB por meio eletrônico para os endereços constantes na capa deste Edital.

5. Impugnação ao Edital

- 5.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Área Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 5.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro(a), através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital, devendo ser informado, no campo “assunto”, o número da licitação.
- 5.3. Não serão aceitas as impugnações que:
- 5.3.1. Forem entregues fora do prazo legal;
- 5.3.2. Forem interpostas por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
- 5.3.3. Nesse caso, aquele não habilitado enquanto representante, deve apresentar impugnação na forma do item 6.1.

6. Apresentação de Proposta

- 6.1. O Licitante deverá encaminhar Proposta Inicial, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item “Habilitação” deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.
- 6.1.1. Poderá ser desclassificado o Licitante que não encaminhar os documentos no sistema eletrônico conforme critérios estabelecidos no item acima.
- 6.1.2. Entende-se como Proposta Inicial o documento elaborado, preferencialmente conforme modelo de planilha de preços disponível nos anexos deste Edital, que conterá informações do produto ou serviço que está sendo ofertado para a licitação.
- 6.1.3. A oferta registrada no sistema eletrônico deverá considerar o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, considerando o serviço dimensionado no Termo de Referência e de acordo com as cláusulas do

Modelo de Instrumento Contratual anexos a este Edital.

6.1.4. O Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:

- I. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- II. que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- III. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- IV. que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente.
- V. que se enquadra como ME ou EPP, para usufruir da preferência de contratação estabelecidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, quando for o caso.

- 6.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 6.3. O licitante ao firmar por meio do sistema eletrônico as declarações acima, ratifica que cumpre todos os requisitos do edital e seus anexos, inclusive os requisitos de habilitação, pela qual se depreende que, sob os efeitos da lei, não se enquadra nas hipóteses de impedimentos de participar e de ser contratada pela INB, e que nenhum sócio ou administrador possui vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto n.º 7.203/2010.
- 6.4. Até a data e hora estabelecida neste Edital para a Abertura da Proposta os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta de preço e os documentos de habilitação complementares anteriormente apresentados.
- 6.5. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. Abertura da Sessão do Pregão

- 7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e sistema eletrônico indicados na capa deste Edital.
- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.5. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.6. O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
 - 7.6.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance de menor valor deverá ser de R\$ 100,00

(cem reais).

- 7.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 7.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance nos últimos 02 (dois) minutos do período inicial da sessão pública.
 - 7.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 7.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes pelo período de 10 (dez) minutos para recepção dos lances.
 - 7.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes no sistema eletrônico.
- 7.12. Encerrada etapa de lances os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), através do sistema eletrônico.
- 7.13. Caso a empresa vencedora da disputa seja uma ME ou EPP, a licitação terá sua continuidade normal.
- 7.14. Se a empresa vencedora da disputa não for uma ME ou EPP, o Sistema verificará se há registro de lances classificados dentro do intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da empresa vencedora da disputa, procedendo à convocação da empresa ME ou EPP melhor classificada, que se encontra em situação de empate ficto, para que a mesma ofereça lance de valor inferior ao da empresa vencedora da disputa no prazo de até 05 (cinco) minutos, caso seja do seu interesse.
- 7.15. Caso o empate ficto ocorra após o encerramento da sessão pública de disputa de lances, em virtude de desclassificação, a ME ou EPP melhor classificada será convocada através da área de mensagens do sistema eletrônico, onde será informado data e horário limite para que o Licitante exerça seu direito no prazo máximo de 5 (cinco minutos).
- 7.16. Se a ME ou EPP ofertar lance inferior ao lance vencedor, o Sistema reclassificará a empresa com lance superior àquele novo lance classificado, de maneira que a ME ou EPP ofertante do melhor lance seja considerada como arrematante do lote e registrará oficialmente o valor do lance ofertado.
- 7.17. Na hipótese de não apresentação de lance pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.18. Na eventualidade de todas as ME's ou EPP's virem a ser desclassificadas, reassumirá a

condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor valor, originalmente apresentada na sala de disputa.

- 7.19. Após aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, persistindo o empate, serão seguidos os critérios estabelecidos no art. 55 da Lei 13.303/16.

8. Aceitabilidade da Proposta

- 8.1. O critério de julgamento utilizado neste Pregão será aquele estabelecido na capa deste Edital, observados o valor estimado da contratação, o prazo de execução, a compatibilidade com o Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
- 8.2. O(a) Pregoeiro(a) deverá, através do sistema eletrônico, negociar uma redução no último valor ofertado pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.2.1. Caso o menor valor negociado esteja acima do orçamento estimado e aprovado pela INB para a contratação, o Licitante terá sua oferta desclassificada, passando o(a) Pregoeiro(a) a examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade.
- 8.3. **O Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar**, que tiver sua oferta de preços aceita pela INB, deverá encaminhar sua Proposta atualizada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico, no prazo de **até 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.3.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.4. A Proposta a ser enviada pela empresa arrematante deverá ser elaborada preferencialmente conforme modelo de planilha de preço anexa a este Edital.
- 8.5. A proposta será feita em moeda nacional e não será admitido no preço unitário do item, nem no valor global, o fracionamento de centavos que ultrapassar 02 (duas) casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.
- 8.6. Será rejeitada a proposta que apresentar valores globais ou unitários irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.7. O prazo de validade da Proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da abertura da Licitação.
- 8.8. O(a) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para correção da planilha de composição de preços quando o preço global ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes.
- 8.9. Será desclassificado o Licitante que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a) na proposta apresentada.

9. Habilitação

- 9.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares especificados neste Edital.
- 9.2. Os documentos complementares e aqueles que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados concomitantemente com a proposta, exclusivamente por

meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

9.3. A documentação a ser verificada através do SICAF será a seguinte:

9.3.1. Documentação relativa à habilitação jurídica

- a) Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social, ou documento equivalente, em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- c) Registro ou Inscrição na SUSEP.
- d) Apresentação da Certidão de Regularidade fornecida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, certificando que a proponente está autorizada a operar e de que a entidade não se encontra sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial e não cumpre penalidade de suspensão.

9.3.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao Município ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14.

Observação: Caso o Licitante enquadrado como ME ou EPP apresente alguma restrição relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o direito previsto no §1.º do Art. 4.º do Decreto 8.538/2015.

9.3.3. Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante pessoa jurídica, devidamente válida.
 - Caso o Licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar comprovante de deferimento da recuperação judicial ou homologação do plano de recuperação extrajudicial.
- b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste Pregão, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.

Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Sendo: Índice de Solvência (I.S.) = $AT / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) = AC / PC ;

Onde: AT = Ativo Total, AC = Ativo Circulante, RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Passível Exigível a Longo Prazo.

Caso a empresa apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, somente será considerada com boa situação financeira caso o Patrimônio Líquido não seja inferior a 10% (dez por cento) do valor global da proposta para contratação.

9.4. A documentação complementar a ser anexada no sistema eletrônico pelo Licitante será a seguinte:

9.4.1. Documentação relativa à Qualificação Técnica

- a) Comprovação através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão para execução do serviço objeto da contratação.
 - Será considerado compatível o(s) Atestado(s) que comprove(m) que o Licitante executou objeto similar ao licitado.
 - Poderá ser solicitado ao Licitante, como forma de diligência para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), a apresentação da cópia do contrato que deu origem à contratação, notas fiscais referentes aos respectivos produtos/serviços, o endereço atual da contratante, o local em que os serviços foram prestados, entre outros documentos julgados pertinentes.

9.4.2. Declarações e Autorizações

- a) Declaração de Confidencialidade, conforme modelo disponibilizado em anexo, devidamente assinado pelo representante legal do Licitante.
- b) Declaração de enquadramento societário/fiscal para fins de Avaliação Econômico-Financeira, conforme modelo disponibilizado em anexo. Tal declaração subsidiará a documentação exigida para comprovação da qualificação Econômico Financeira.

9.5. O Licitante que possuir cadastro junto à INB poderá apresentar somente os documentos listados a seguir:

- a) Certificado de Registro Cadastral da INB devidamente atualizado.
- b) Documentos complementares estabelecidos no item anterior.

9.5.1. Para verificação da atualização cadastral, o Licitante antecipadamente deverá entrar em contato com o Setor de Cadastro de Fornecedores da INB pelo e-mail gesupcadastro@inb.gov.br, At. Cadastro de Fornecedores.

9.6. No processo de habilitação do Licitante, o(a) Pregoeiro(a) verificará também o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo

mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta.

- 9.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 9.8. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 9.8.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Suprimentos da INB, no endereço físico indicado na capa deste Edital.
- 9.9. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 9.10. Será inabilitado o Licitante:
 - 9.10.1. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Licitação ou que não atender a todas as exigências contidas neste Edital.
 - 9.10.2. Que possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a INB ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar com a Administração.
 - 9.10.3. Que apresentar a documentação solicitada com defeitos considerados insanáveis.
 - 9.10.3.1. Consideram-se sanáveis os defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernentes aos seus prazos de validade.
 - 9.10.3.2. Será concedido o prazo de 01 (um) dia útil, prorrogável por igual período, para que o licitante corrija os defeitos sanáveis constatados em sua documentação de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação em local próprio do site Comprasnet.
 - 9.10.3.3. Caso o licitante não atenda ao solicitado dentro do prazo estipulado, será inabilitado e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas na legislação vigente e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB.
- 9.11. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Licitante será declarado vencedor da Licitação.

10. Recursos Administrativos

- 10.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
 - 10.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
 - 10.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
 - 10.1.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões,

também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 10.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pelo Diretor de Finanças e Administração da INB, em conformidade com os prazos estabelecidos em Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 10.3. As razões recursais deverão ser redigidas de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, conter a identificação do recorrente, o resumo dos fatos, o ato apontado como irregular ou nulo, os fundamentos que embasam a pretensão do recorrente e o pedido de modificação, revogação ou anulação da decisão proferida.
- 10.4. Não serão aceitos os recursos administrativos que forem entregues fora do prazo legal ou que forem interpostos por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
- 10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. Adjudicação e Homologação

- 11.1. Adjudicado o Licitante vencedor, a licitação ficará sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.
 - 11.1.1. Se, por motivo de força maior ou caso fortuito, a homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das Propostas, a presente licitação poderá ser suspensa caso persista o interesse da INB, quando será solicitada prorrogação geral da validade das propostas ao licitante vencedor, por igual prazo, no mínimo.
- 11.2. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

12. Formalização do Instrumento Contratual

- 12.1. Homologada a licitação, a vencedora do Certame será convocada para assinar, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação feita pela INB, o Instrumento Contratual oriundo desta licitação, que se embasará no Modelo anexo neste Edital.
 - 12.1.1. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela INB.
 - 12.1.2. A assinatura do Instrumento Contratual deverá ser feita, preferencialmente, na forma eletrônica utilizando certificado digital padrão ICP-Brasil. Caso o fornecedor não possa realizar a assinatura desta forma, este será convocado a comparecer à unidade da INB que realizou a licitação para assinatura física do Instrumento Contratual.
- 12.2. Se o Licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Instrumento Contratual ou não apresentar situação regular no ato da assinatura, estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.
 - 12.2.1. Neste caso, a INB poderá convocar o Licitante subsequente, respeitando a classificação do certame e as disposições relativas à preferência para a microempresa e empresas de pequeno porte, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o Edital.
- 12.3. O Licitante vencedor deverá apresentar procuração devidamente reconhecida em

cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, quando o mesmo não constar do Contrato Social como pessoa autorizada a assinar em nome do Licitante.

- 12.4. A rescisão do instrumento contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
- 12.4.1. Por ato unilateral de qualquer das partes nas hipóteses e prazos descritos no Instrumento Contratual, assegurada a prévia defesa da outra parte.
 - 12.4.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente para a INB e a Contratada.
 - 12.4.3. Por determinação Judicial.
 - 12.4.4. Nos casos estabelecidos no Instrumento Contratual.
- 12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. Sanções Administrativas

- 13.1. Aos licitantes que deixarem de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiverem a proposta, não celebrarem o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta e comportarem-se de modo inidôneo, poderão ser aplicadas as penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a INB, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo da reparação dos danos causados a INB pelo infrator:
- 13.1.1. Até 02 (dois) meses quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.
 - 13.1.2. De 02 (dois) a 06 (seis) meses quando não mantiver sua proposta.
 - 13.1.3. De 06 (seis) a 12 (doze) meses quando não celebrar o Instrumento Contratual quando convocado dentro do prazo da validade da proposta.
 - 13.1.4. De 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses quando se comportar de modo inidôneo.
- 13.2. A reincidência nos atos previstos no item anterior, ocorridas no prazo de até 12 (doze) meses a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da penalidade a ser aplicada, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.
- 13.3. Toda penalidade aplicada ao Licitante será precedida de processo administrativo, devidamente instruído com a descrição dos fatos ocorridos e do dispositivo editalício ou legal que tenha sido violado.
- 13.4. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 13.5. As penalidades aplicadas aos licitantes serão registradas no Cadastro de Fornecedores da INB e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 13.6. As sanções previstas na Lei 13.303/16 e as do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB observarão também os termos da Lei 12.846/13.

14. Disposições Finais

- 14.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a INB revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos

participantes da licitação.

- 14.2. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, implicará na rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 14.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 14.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta.
- 14.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da **INB**.
- 14.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes através do sistema eletrônico, ou ainda, mediante publicação na área de licitações do site da **INB**.
- 14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:
 - I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
 - II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dia e horário de expediente na unidade da **INB** que está realizando a Licitação.
- 14.10. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:
 - I. Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
 - II. Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.
- 14.11. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 14.12. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO I

MODELOS DE DOCUMENTOS



1. Termo de confidencialidade de informações

Ass.: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.099/2022

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - **INB**

Avenida Rio Branco, nº 01, Sala 1901,, Centro – Rio de Janeiro - RJ.

O signatário do presente declara ter pleno conhecimento de que, as INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – **INB** estará permitindo o acesso aos locais de operação e a informações que são necessárias à operação de suas Unidades.

Em consequência, declara o signatário, formal e expressamente, que manterá sigilo e confidencialidade sobre todo e qualquer documento, dado ou informação que está ou lhe venha a ser confiado em razão da natureza desta Licitação ou da execução dos serviços contratados, que lhe sejam transmitidos pela **INB** em conformidade com o Decreto 7.845, Art. 48 de 14/11/2012, respondendo, na forma da Lei, por qualquer dano ou prejuízo causado em razão da violação do sigilo e confidencialidade ora mencionado.

O signatário compromete-se a efetuar a devolução de quaisquer documentos que venha a ter acesso em função do presente processo licitatório.

.....
(local)

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal do Licitante)



2. Declaração de Enquadramento Societário-Fiscal para Fins de Avaliação Econômico-Financeira

Ass.: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.099/2022

[Identificação do Licitante], inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) **[Identificação do representante do Licitante]**, portador da identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais cabíveis, que esta sociedade, na presente data, se enquadra como:

- () Sociedade em Geral obrigada a adotar e a enviar Escrituração Contábil Digital – ECD / SPED - Contábil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007 combinado com a Instrução Normativa da RFB nº 1.420/2013 e alterações posteriores;
- () Demais Sociedades Empresariais ou Simples não obrigadas a adotar e a enviar Escrituração Contábil – ECD / SPED - Contábil.

.....
Local e data

(assinatura do representante legal do Licitante)

ANEXO II
MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL



INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB

Contrato n.º

OBJETO: Contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil – D&O (Directors and Officers) para Diretores, Conselheiros, Administradores e Empregados da INB – Indústrias Nucleares do Brasil, apontados no grupo segurado (Pessoa Segurada), com abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial), conforme Termo de Referência

CONTRATADA:

REQUISIÇÃO: GEACS.F 2022/07/0066

Data da Publicação do Aviso de Licitação: 06 de setembro de 2022.



ÍNDICE

CLÁUSULAS / TÍTULOS

- 1ª. Objeto
- 2ª. Da Dotação Orçamentária
- 3ª. Obrigações da Contratada
- 4ª. Obrigações da INB
- 5ª. Preços
- 6ª. Reajuste
- 7ª. Condições de Faturamento
- 8ª. Condições de Pagamento
- 9ª. Sanções
- 10ª. Fiscalização dos Serviços
- 11ª. Responsabilidade
- 12ª. Caso Fortuito e/ou Força Maior
- 13ª. Representante da Contratada
- 14ª. Representante da INB
- 15ª. Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia
- 16ª. Inadimplemento da Contratada
- 17ª. Alterações Contratuais
- 18ª. Suspensão
- 19ª. Rescisão
- 20ª. Tributos e Contribuições
- 21ª. Garantia
- 22ª. Termo de Encerramento
- 23ª. Proteção de Dados Pessoais
- 24ª. Prazo de Vigência e de Execução dos Serviços
- 25ª. Novação
- 26ª. Anticorrupção
- 27ª. Valor do Contrato
- 28ª. Foro

Anexos

- I - Termo de Referência
- II – Planilha de Preços



CONTRATO ENTRE INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – INB E _____

_____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – D&O (DIRECTORS AND OFFICERS) PARA DIRETORES, CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E EMPREGADOS DA INB – INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL, APONTADOS NO GRUPO SEGURADO (PESSOA SEGURADA), COM ABRANGÊNCIA NO BRASIL E NO EXTERIOR (COBERTURA MUNDIAL), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – INB, empresa pública federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Rio Branco, nº 01, Sala 1901, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.322.818/0001-20, adiante denominada INB, e _____, com sede na _____ na cidade de _____, inscrita no mesmo Cadastro sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, ambos representados pelos seus representantes legais abaixo assinados, têm entre si ajustado o presente Contrato, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - Objeto

- 1.1. Contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil – D&O (Directors and Officers) para Diretores, Conselheiros, Administradores e Empregados da INB – Indústrias Nucleares do Brasil, apontados no grupo seguro (Pessoa Segurada), com abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial), conforme Termo de Referência.
 - 1.1.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados no endereço:
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB
Local de execução do(s) Serviço(s) – Cobertura
Abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial)
A prestação do(s) serviço(s) deverá ser realizada de 2ª a 6ª feira, exceto feriados nacionais e municipais, no horário de 8h às 17h.
- 1.2. Também fazem parte integrante do presente Contrato independente da transcrição ou anexação os seguintes documentos:
 - 1.2.1. Documentos da Licitação Pregão Eletrônico GESUP.F 1.099/2022.
 - 1.2.2. Proposta Comercial da CONTRATADA, nº datada de / /
- 1.3. Ocorrendo divergências entre o estipulado nos documentos mencionados no item 1.2. acima e o Contrato, prevalecerão as disposições deste Contrato.
- 1.4. Não terão eficácia quaisquer ressalvas ou exceções ao Termo de Referência ou a outros documentos emitidos pela INB, formulados pela CONTRATADA, em relação às quais a INB não haja se declarado de acordo, por escrito.
- 1.5. A presente Contratação será regida pela Lei 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB e pelos preceitos de Direito Privado.

Cláusula 2ª – Da Dotação Orçamentária

- 2.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 25122003220000001, Fonte de Recurso 250, Natureza da Despesa 33903969..

Cláusula 3ª - Obrigações da Contratada

- 3.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras constantes deste Contrato:
 - 3.1.1. Executar fielmente os serviços de acordo com as Cláusulas e condições deste Contrato



- e em rigorosa observância do Termo de Referência - Anexo I, determinações da INB e tudo mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
- 3.1.2. Exigir que todo o pessoal mantenha comportamento condizente com as exigências e instruções de serviços específicos da INB.
 - 3.1.3. Observar todas as normas e procedimentos relativos à Segurança do Trabalho e Preservação do Meio Ambiente, bem como atender prontamente qualquer recomendação que a INB venha fazer, a qualquer tempo, a este respeito.
 - 3.1.4. Atender, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer notificações da INB, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.
 - 3.1.5. Não admitir em seu quadro de pessoal ou utilizar os serviços profissionais de qualquer empregado da INB ou de outras empresas por esta contratada, salvo com autorização expressa e prévia da INB.
 - 3.1.6. Não interromper a execução dos serviços ora contratados para efetuar pagamentos de qualquer espécie a seus empregados.
 - 3.1.7. Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, as portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que diga respeito ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
 - 3.1.9. Arcar com as consequências e danos decorrentes de sinistro de qualquer espécie, inclusive quanto a terceiros, causados pelo seu pessoal colocados à disposição dos serviços ora contratados.
 - 3.1.10. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à INB, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, conforme art. 76 da Lei 13.303/16.
 - 3.1.11. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento contratual.
- 3.2. A CONTRATADA fica ciente do fato de que a INB possui um Código de Ética próprio, cujas disposições deverão ser observadas, naquilo que for pertinente, ao longo da execução do presente contrato, por todos os seus prepostos, e cujo texto encontra-se disponível, na forma eletrônica, no site da INB - www.inb.gov.br.

Cláusula 4ª - Obrigações da INB

- 4.1. São obrigações da INB
 - 4.1.1. Pagar os serviços executados, de acordo com o estipulado neste Contrato, bem como estabelecer os locais, dias e horários de sua prestação.
 - 4.1.2. Facilitar o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais necessários à realização dos serviços.
 - 4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado especialmente designado;
 - 4.1.4. Informar à CONTRATADA sobre eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas no fornecimento, fixando prazo e condições para as devidas correções.
 - 4.1.5. Fornecer cartão de identificação funcional (1ª via) para o pessoal da CONTRATADA alocado ao serviço da INB.

Cláusula 5ª - Preços



- 5.1. A INB pagará à CONTRATADA, pelos serviços executados e aprovados pela fiscalização da INB, o(s) valor(es) discriminado(s) na Planilha de Preços, Anexo II deste Contrato.
- 5.2. O preço acima mencionado tem como base o mês de ____/____/____ e será reajustado conforme Cláusula 6ª – Reajuste de Preços.
- 5.3. No valor deste Contrato estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra direta e indireta, tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, seguros, insumos, equipamentos, materiais, transporte e os demais necessários à plena execução dos serviços.
- 5.4. O pagamento previsto no item 5.1 obedecerá às condições de faturamento e de pagamento constantes das Cláusulas 7ª e 8ª deste Contrato.
- 5.5. Na hipótese de acréscimo ou redução dos serviços, conforme previsto pela legislação vigente, os novos preços que deverão vigorar em decorrência dessas alterações serão obtidos mediante a multiplicação do novo quantitativo pelo respectivo valor unitário.

Cláusula 6ª – Reajuste

- 6.1. Após o decurso do prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta comercial, a **CONTRATADA** deverá requerer o reajuste dos preços aqui estabelecidos, para mais ou para menos, de acordo com a variação dos elementos que compõem a fórmula de reajuste.
- 6.2. O reajuste dos preços vigentes será obtido com a aplicação da fórmula abaixo:

$$Pf = \left(P_0 \times \left\{ 1 + \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \right\} \right)$$

P₀= Preço Base, constante da proposta comercial, datada de ____/____/____.

I = Índice de preços que retrate a variação efetiva do custo de produção, relativo ao mês do reajuste de preços;

I₀= Índice de preços que retrate a variação efetiva do custo de produção, relativo ao mês base da proposta comercial de preços.

- 6.3. Ocorrendo a extinção, suspensão ou alteração das bases de cálculo do índice estabelecido para reajuste previsto acima, ou se de qualquer forma não puder mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, ou através de acordo entre as Partes.
- 6.4. Na hipótese de, à época da liberação do reajuste, os índices aplicados na fórmula antes considerada não se encontrarem disponíveis, deverá ser utilizado, para tal fim, o último índice oficial disponível.
- 6.5. Na hipótese de atraso de evento de faturamento por culpa da **CONTRATADA**, o reajuste de preço obedecerá à data contratualmente prevista para a realização do evento.
- 6.6. Uma vez aplicada a fórmula de reajuste e comprovado o índice definitivo, a diferença no valor do reajuste, no primeiro mês de sua vigência deverá ser objeto de faturamento suplementar, de acordo com a legislação, que terá o seu vencimento no prazo estabelecido na Cláusula de Pagamento.
- 6.7. As parcelas do preço serão reajustadas até as datas contratuais de execução dos serviços, não cabendo reajuste, caso tais eventos ocorram com atraso, por culpa da **CONTRATADA**.
- 6.8. De acordo com a legislação em vigor, fica suspensa, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da proposta, a aplicação da fórmula de reajuste, estabelecida no item 6.2, podendo a mesma vir a ser implementada em prazo inferior ao acima estipulado, em virtude de determinação do Governo Federal.
- 6.9. Os reajustes subsequentes só poderão ser celebrados 12 (doze) meses após o último reajuste.

Cláusula 7ª – Condições de Faturamento

- 7.1. O faturamento será efetuado em concordância com as condições de pagamento, Cláusula 7ª – Condições de Pagamento e da seguinte forma:
 - 7.1.1. 100% (cem por cento) após a apresentação da apólice de seguro, devidamente



aprovado e certificado pela INB.

- 7.2. A CONTRATADA apresentará à INB a Nota Fiscal/Fatura do qual constará os dados necessários a apuração do valor faturado.
- 7.3. As Notas Fiscais poderão ser eletrônicas ou em papel, de acordo com a legislação do Município da **CONTRATADA**. Caso seja eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e geacs@inb.gov.br (área requisitante).
- 7.3.1. As Notas Fiscais deverão estar acompanhadas de um Demonstrativo de Serviços, relativo aos serviços efetivamente executados, do qual constarão os dados necessários à aferição do serviço executado e a apuração do valor faturado.
- 7.4. Caso ocorra FORNECIMENTO ou MOVIMENTAÇÃO (Comodato, Empréstimo, Locação e Imobilizado de Terceiros) de MERCADORIAS, as Notas Fiscais apresentadas deverão ser do tipo Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina o protocolo ICMS nº 42 CONFAZ de 03.07.2009 e as alterações introduzidas pelo protocolo ICMS nº 85 CONFAZ de 09.07.2010.
- 7.4.1. Os arquivos XML deverão ser encaminhados para o e-mail: nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e geacs@inb.gov.br (área requisitante).
- 7.5. A emissão dos documentos fiscais deverá obedecer a legislação aplicável (regulamentos IPI, ICMS, ISS, entre outros), em consonância com o tipo de fornecimento prestado.
- 7.6. Caso os documentos emitidos não atendam as legislações específicas, o pagamento ficará suspenso até que seja regularizada a situação fiscal, seja ela cadastral ou documental.
- 7.7. Em nenhuma hipótese poderá ser faturado valor correspondente a serviços não executados.
- 7.7.1. Ocorrendo o disposto neste item, a INB poderá glosar da respectiva fatura apresentada pela CONTRATADA o valor correspondente ao serviço não executado efetivamente.
- 7.7.2. A glosa prevista no item acima será efetuada pela INB, com base nos valores atualizados em conformidade com a Cláusula 5ª - Preços.
- 7.8. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura não constitui aceitação do(s) serviço(s) correspondente(s) quanto à sua adequação, qualidade técnica ou atendimento às Especificações, mas simplesmente certificação de sua execução.
- 7.9. As faturas deverão mencionar expressamente o número deste Contrato, bem como o número da conta bancária, agência, cidade, estado e o nome do banco com o qual opera a CONTRATADA.
- 7.10. As duplicatas emitidas em decorrência do presente Contrato, não poderão ser descontadas em instituições bancárias, ou objeto de cessão de direitos. Exceções a esta disposição, somente após o prévio conhecimento e autorização, por escrito, da INB.
- 7.11. Os dados para a emissão da Nota Fiscal/Fatura:
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB
Av. Rio Branco, nº1 – Sala 1901 – Centro – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.090-003
CNPJ: 00.322.818/0001-20 I.E. Sem Inscr. I.M: 0019824-2

Cláusula 8ª - Condições de Pagamento

- 8.1. Verificada a exatidão da Nota Fiscal e eventual Fatura, a **INB** pagará a **CONTRATADA** pelo serviço objeto deste Contrato, em **30 (trinta)** dias após a apresentação da cobrança.
- 8.2. O pagamento será efetuado pela INB, através de ordem de crédito diretamente na conta corrente da CONTRATADA.
- 8.3. Na hipótese de ocorrência de erro, dúvida ou omissão quanto às Faturas ou documentos que a acompanham, a INB poderá, a seu exclusivo critério, pagar a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução da pendência.
- 8.3.1. Os valores inicialmente glosados e que, afinal, venham a ser aceitos pela INB, serão pagos da mesma forma estabelecida pelo item 8.1 anterior.
- 8.4. Caso, por razões que não possam ser imputadas a CONTRATADA, a INB não cumpra o prazo estabelecido no item 8.1 acima, para pagamento das respectivas faturas, a mesma utilizará como critério de Atualização Financeira a variação da TR (Taxa Referencial) “*pro-rata-die*”, apurados desde a data do seu inadimplemento, até a data do efetivo pagamento.



- 8.5. Caso sejam encontrados, a qualquer tempo, erro ou omissões em recibos e/ou faturas cujo pagamento já tenha sido efetuado, as partes contratantes poderão promover as correções necessárias, com o consequente acerto de contas de documentos de cobrança/pagamentos.
- 8.6. Para fins do cumprimento do Art.34 da Lei 10833/2003 e Art.2º, §6 da IN RFB 1234/2012, a CONTRATADA deverá informar nos documentos fiscais e/ou de cobrança, o valor do IR e das contribuições sociais a serem retidos na operação. Caso a CONTRATADA se enquadre nas hipóteses de não retenção previstas no Art.4º da IN RFB 1234/2012, será obrigatório o envio das declarações citadas no Art.6º da IN RFB 1234/2012.

Cláusula 9ª – Sanções

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, de acordo com a gravidade do ato praticado, a **INB** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 9.1.1. Advertência;
 - 9.1.2. Multa;
 - 9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **INB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 9.2. Caso a **CONTRATADA** descumpra o estabelecido neste Contrato, ficará sujeita à multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia do valor atualizado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, inclusive aditamentos.
- 9.3. Caso a **CONTRATADA** deixe de executar o objeto contratado ou parte dele, a **INB** poderá providenciar outros meios para sua execução, sendo os custos debitados da **CONTRATADA**, sem prejuízo da multa acima estabelecida e das demais penalidades cabíveis.
- 9.4. Independentemente da aplicação da multa, a **CONTRATADA** permanecerá responsável por danos ou prejuízos a que der causa pela falta de execução do fornecimento ou decorrentes da má qualidade do(s) bem(ns) fornecido(s).
- 9.5. Não serão aceitas como justificativas de atraso da **CONTRATADA** alegações de atrasos por parte de eventuais subcontratadas, exceto quando comprovadamente resultante de casos fortuitos ou de força maior.
- 9.6. A multa prevista no item 9.2 não impede que a **INB** rescinda o Contrato e aplique outras sanções previstas neste Contrato.
- 9.7. As sanções previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 9.1.2, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Cláusula 10ª - Fiscalização dos Serviços

- 10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da **INB**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cláusula 11 - Responsabilidade

- 11.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, podendo a **INB** exigir a substituição de qualquer empregado cuja permanência no serviço



seja considerada contrária aos seus interesses.

- 11.2. A CONTRATADA será a única responsável pela integridade dos bens postos à sua disposição pela INB, para execução dos serviços objeto deste Contrato, respondendo por eventuais prejuízos causados à INB, seu pessoal e terceiros atingidos, direta ou indiretamente, independentemente da caracterização do dolo ou culpa.
- 11.3. A CONTRATADA procederá à reparação de tais danos ou prejuízos, ficando a INB autorizada a descontar de quaisquer créditos da CONTRATADA a importância necessária ao seu ressarcimento.

Cláusula 12 - Caso Fortuito e/ou Força Maior

- 12.1. Nos casos fortuitos ou de força maior que afetem o cumprimento de qualquer obrigação contratual, a CONTRATADA deverá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas do evento, submeter relatório sobre a ocorrência e seus efeitos, por escrito e com as necessárias provas para apreciação da INB, através de seus representantes autorizados, de acordo com a disposição contida na Cláusula 12 - Representante da Contratada, deste Contrato.

Cláusula 13 - Representante da Contratada

- 13.1. A CONTRATADA deverá designar por escrito, um representante perante a Fiscalização da INB, responsável pela execução dos serviços, objeto deste Contrato.
- 13.2. Este representante deverá ter plenos poderes para resolver as questões concernentes à execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 13.3. O representante da CONTRATADA terá como substituto em seus impedimentos ocasionais, um dos seus auxiliares diretos, igualmente credenciado perante a INB, por escrito. Este substituto deverá ter autonomia, concedida pela CONTRATADA, em nível do representante titular durante sua ausência.

Cláusula 14 - Representante da INB

- 14.1. A INB deverá designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato. O representante da INB poderá solicitar à **CONTRATADA**, sempre que achar conveniente, informações a respeito da execução do objeto do Contrato.
- 14.2. O representante da INB terá substituto, igualmente credenciado, para atuar em eventuais impedimentos do titular, sendo os mesmos os únicos autorizados a emitir instruções no âmbito deste Contrato, não se responsabilizando a INB, por qualquer ordem e/ou instruções emitidas por outra pessoa, que não designada na forma desta Cláusula.

Cláusula 15 - Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia

- 15.1. A CONTRATADA em nenhuma hipótese poderá subcontratar, ceder e/ou transferir a terceiros este Contrato ou quaisquer de seus direitos e/ou obrigações nele previsto, exceto mediante prévia e expressa autorização da INB.
- 15.2. A eventual solicitação para subcontratação deverá ser acompanhada de justificativa e da minuta de Contrato a ser firmado com a subcontratada.
- 15.3. Não haverá qualquer vínculo entre a INB e eventuais subcontratados, permanecendo a CONTRATADA como a total e exclusiva responsável pelo cumprimento de todas as obrigações por ela assumidas neste Contrato, bem como por quaisquer atos de seus subcontratados.
- 15.4. A CONTRATADA não poderá, ainda, se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia ou caução, nem utilizar os direitos de créditos, a serem auferidos em função da execução do fornecimento, em quaisquer operações de desconto bancário, a não ser que expressa e previamente autorizada pela INB.

Cláusula 16 - Inadimplemento da Contratada

- 16.1. A CONTRATADA será considerada inadimplente, independentemente de interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:
 - 16.1.1. Inobservância das especificações previstas no Anexo I deste Contrato, ou recomendações técnicas e/ou administrativas da INB.



- 16.1.2. Interrupção dos serviços por 02 (dois) dias consecutivos ou não, por mês de execução do Contrato.
- 16.1.3. Atraso superior a 03 (três) dias no atendimento às determinações da Fiscalização.
- 16.1.4. Inadimplemento de quaisquer outras cláusulas ou condições deste Contrato.
- 16.2. Greves ou quaisquer outras interrupções por parte dos empregados da CONTRATADA não poderão servir de justificativa para interrupção total ou parcial do cumprimento do objeto contratual. Em caso da ocorrência deste fato ou de fatos semelhantes, a CONTRATADA sujeitar-se-á, a exclusivo critério da INB, às sanções previstas na Cláusula 9ª – Sanções ou na Cláusula 19 – Rescisão deste Contrato.

Cláusula 17 – Alterações Contratuais

- 17.1. O presente contrato pode ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:
 - 17.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - 17.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Contrato;
 - 17.1.3. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - 17.1.4. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - 17.1.5. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço;
 - 17.1.6. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 17.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 16.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.
- 17.4. Em havendo alteração que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **INB** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Cláusula 18– Suspensão

- 18.1. As Partes estabelecem que, de comum acordo, poderão suspender o prazo de execução dos serviços (ou fornecimento) objeto deste Contrato por até 120 (cento e vinte) dias.
- 18.2. Caso parte da execução não possa ser suspensa, a CONTRATADA executará os serviços aos preços e condições previstos neste Contrato.

Cláusula 19 - Rescisão

- 19.1. Sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste Contrato, a **INB** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial com 30 (trinta) dias de antecedência, em caso de inadimplemento da **CONTRATADA**, conforme previsto na Cláusula 16 – Inadimplemento da Contratada, bem como nos seguintes casos:
 - 19.1.1. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**;



- 19.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**;
- 19.1.3. Lentidão no cumprimento do Contrato pela **CONTRATADA**, levando a **INB** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços no prazo estipulado;
- 19.1.4. Atraso injustificado no início dos serviços;
- 19.1.5. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **INB**;
- 19.1.6. Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Contrato e autorizada pela **INB**, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a execução do Contrato;
- 19.1.7. Não atendimento das determinações regulares do preposto da **INB** designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- 19.1.8. Cometimento reiterado de faltas pela **CONTRATADA** na execução do Contrato, anotadas em registro próprio;
- 19.1.9. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- 19.1.10. Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**, se esta não prestar garantia suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da **INB**;
- 19.1.11. Dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;
- 19.1.12. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
- 19.1.13. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 19.1.14. Razões de interesse da **INB**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas em processo administrativo.
- 19.2. A **CONTRATADA** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial com 30 (trinta) dias de antecedência, nos seguintes casos:
 - 19.2.1. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, pela **INB**, ressalvado o disposto no item 19.2.2;
 - 19.2.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **INB**, decorrentes de fornecimento já executado, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
 - 19.2.3. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
 - 19.2.4. Ausência de liberação, pela **INB**, de área, local ou objeto necessário à execução do Contrato, nos prazos contratuais.
- 19.3. A rescisão unilateral do Contrato deverá ser formalmente motivada e precedida de notificação da intenção de rescindir à outra Parte, para o exercício do contraditório e da ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
- 19.4. Em caso de rescisão do Contrato pela **INB**, por inadimplemento da **CONTRATADA**, ficará a **CONTRATADA** obrigada ao pagamento de quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado deste Contrato, independentemente dos pagamentos de multas moratórias eventualmente já efetuados, descontados ou devidos.
- 19.5. O presente Contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as Partes, desde seja conveniente para **CONTRATADA** e desde que devidamente justificada a conveniência para a **INB**.
- 19.6. O presente Contrato poderá ser rescindido por determinação judicial.

Cláusula 20 - Tributos e Contribuições



- 20.1. Quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, contribuições parafiscais ou previdenciárias e encargos trabalhistas, atuais ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre este Contrato ou sobre o(s) serviço(s) contratado(s), serão de responsabilidade do contribuinte de direito definido na legislação fiscal. A INB fica autorizada a descontar quaisquer créditos da CONTRATADA correspondente aos pagamentos que esta porventura venha efetuar por imposição legal.
- 20.2. A modificação da legislação em vigor, com a criação, alteração ou cancelamento de impostos, tributos, encargos ou qualquer outro tipo de contribuição, as quais, consequentemente alterem os custos da CONTRATADA, deverão ser comprovados por esta para justificar adequações nos preços deste Contrato, com vistas ao equilíbrio econômico-financeiro.

Cláusula 21 - Garantia

- 21.1. A CONTRATADA garante a qualidade dos serviços e a sua perfeita adequação ao Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Contrato.
- 21.2. Caso os serviços deixem de atender aos requisitos previstos no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, a INB poderá rejeitá-lo e exigir da CONTRATADA que o serviço seja refeito, sem quaisquer ônus para a INB.
- 21.3. Se a CONTRATADA negligenciar ou recusar-se a refazer o(s) serviço(s) inadequado(s), a INB poderá tomar tais providências, deduzindo os custos de quaisquer créditos da CONTRATADA relativos ao presente Contrato.

Cláusula 22 - Termo de Encerramento

- 22.1. Após a conclusão total dos serviços objeto deste Contrato, tendo-se verificado o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais e o atendimento a todas as solicitações da INB, necessárias à perfeita execução do Contrato, a INB emitirá, através de seu Representante, um Termo de Encerramento do Contrato em até 15 (quinze) dias após o prazo previsto na Cláusula 24 – Item 24.2 – Da Execução.
- 22.2. A assinatura do Termo de Encerramento não isenta a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor.

Cláusula 23 – Proteção de Dados Pessoais

- 23.1. As partes declaram que, em razão do objeto do presente contrato, haverá tratamento de dados pessoais, em razão do compartilhamento de dados pessoais de responsabilidade da **INB**, como Controlador, e **CONTRATADA**, como Operador. Este último realizará o tratamento de dados pessoais de acordo com as finalidades objeto do contrato e nos termos desta cláusula.
- 23.2. Em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados celebrados estrita e necessariamente para a execução do CONTRATO.
- 23.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão as contratações, e para utilização de acordo com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados de forma clara ao titular.
- 23.4. As coletas de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato serão realizadas mediante prévia e específica aprovação ou explicitadas de forma destacada em contrato pela **INB**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares de acordo com os preceitos da LGPD, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução específica do objeto do contrato.
 - 23.4.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que a **INB** será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes expressas no item 23.4.
 - 23.4.2. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em local seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento,



de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

- 23.5. Cada Parte é responsável por seu próprio processo de tratamento de dados realizado no âmbito deste CONTRATO, respondendo por eventuais incidentes de segurança de informação a que der causa, nos termos da Legislação vigente, restando garantido o direito de regresso contra a outra Parte, caso fique comprovado não ter sido responsável pelo evento.
- 23.6. Quaisquer incidentes de segurança, que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares deverão ser imediatamente comunicados à **INB** pela **CONTRATADA**, que deverá guardar todos os registros (inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes) e informar as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, bem como prestar toda a colaboração e fornecer toda a documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada relacionada ao tratamento de dados deste Contrato.
- 23.7. A **CONTRATADA** não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas e/ou previstas em contrato, por obrigação legal ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a INB dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a **CONTRATADA** estará dispensada da comunicação à **INB**.
- 23.8. As Partes obrigam-se ainda:
- 23.8.1. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam mantendo-os registrados, organizados e conservados.
 - 23.8.2. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas.
 - 23.8.3. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano.
 - 23.8.4. Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade.
 - 23.8.5. Implementar medidas técnicas e administrativa necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição – acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
 - 23.8.6. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição, portabilidade e demais direitos oriundos da LGPD.
 - 23.8.7. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.
 - 23.8.8. Informar à **INB** todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados em razão do presente Contrato.
 - 23.8.9. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente Contrato imediatamente após findos os seus efeitos e obrigações, a critério exclusivo da **INB**, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido, com exceção daqueles que devam ser mantidos em cumprimento à obrigação legal.
 - 23.8.10. Permitir e adotar meios para que a **INB** verifique a conformidade das práticas adotadas referente à proteção de dados pessoais, decorrentes deste Contrato, comprometendo-se a cooperar na hipótese de necessidade de realização do relatório de impacto de proteção de dados pessoais.

Cláusula 24 – Prazo de Vigência e de Execução dos Serviços

24.1. Da Vigência



- 24.1.1. O presente Contrato está previsto para entrar em vigor em 09/11/2022 até 09/11/23.
- 24.1.2. Caso o contrato não tenha sido assinado até 09/11/2022, este entrará em vigor na data de sua assinatura.
- 24.2. Da Execução
 - 24.2.1. O prazo para execução do serviço objeto deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste Contrato.
 - 24.2.2. Havendo interesse da INB, o Contrato poderá ser prorrogado por 1 (um) novo período igual e consecutivo de 12 (doze) meses.
 - 24.2.3. Neste caso a CONTRATADA será notificada com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo período. 24.2.3. Caso a CONTRATADA não concorde em prorrogar o prazo previsto no item 24.2.1, o fato deverá ser comunicado à INB com antecedência de 150 (cento e cinquenta) dias
 - 24.2.4. do término do prazo do Contrato.
 - 24.2.5. Ao prazo mencionado no item 24.2.1, somente serão acrescentados os dias de atraso decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou de razões imputáveis exclusivamente à INB, desde que devidamente registradas e aceitas pelo Representante da INB.

Cláusula 25 - Novação

- 25.1. O não exercício, pela INB, de qualquer de seus direitos contratuais ou legais, representará ato de mera tolerância e não implicará em novação quanto aos seus termos, nem em renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser por ela exercidos a qualquer tempo.

Cláusula 26 – Anticorrupção

- 26.1. Na execução do presente Contrato é vedado às Indústrias Nucleares do Brasil S.A.- INB e à CONTRATADA, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem ser que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

Cláusula 27 - Valor do Contrato

- 27.1. Para todos os efeitos legais e contratuais, o presente Contrato tem seu valor global em R\$, base/201..., conforme estabelecido no Anexo II – Planilha de Preços, deste Contrato.

Cláusula 28 - Foro

- 28.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro,

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – INB

Contrato nº



CONTRATADA

Testemunhas:

CPF:

CPF:



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços de Seguro de Responsabilidade Civil – D&O (Directors and Officers) para Diretores, Conselheiros, Administradores e Empregados da INB apontados no grupo segurado (Pessoa Segurada), com abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial) pelo período de 12 meses (09/11/22 à 09/11/23).

2. OBJETIVO PRINCIPAL DO SEGURO D&O

Conforme disposto no Art. 17, § 1º da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, a empresa pública poderá contratar seguro de responsabilidade civil para seus administradores. A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP por meio da Circular SUSEP Nº 553, de 23 de maio de 2017, estabelece diretrizes gerais aplicáveis a esta modalidade de Seguro (Seguro RC D&O).

Neste contexto, no sentido de mitigar os riscos de responsabilização civil vinculados ao exercício dos cargos pelos dirigentes da INB, a contratação em questão é necessária para a proteção do patrimônio dos Administradores, assim entendidos, integrantes da Diretoria Executiva, Conselheiros e os demais cargos definidos como PESSOA SEGURADA. O Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores de empresas (RC D&O) protege o patrimônio pessoal de Administradores e Diretores da empresa em decorrência de ações ou de decisões tomadas na qualidade de líderes e tomadores de decisão.

3. DEFINIÇÕES DE COBERTURAS E CONDIÇÕES GERAIS

3.1 - Cobertura A

3.1.1 Pessoa Segurada

- A indenização dos segurados, qualquer pessoa física que durante o período de vigência da apólice ou em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura ou em período complementar esuplementar de cobertura, seja um, tenha sido ou se torne;
- Conselheiro ou Diretor da Sociedade abrangendo o Presidente, os Diretores, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e de quaisquer outros órgãos estatutários criados e contemplados estatuto social da INB;
- Empregado da Sociedade se atuando em nome e por conta da Sociedade, praticando quaisquer atos de gestão que gerem uma reclamação, e desde que:



- 1) Atue em nível de superintendência, gerência e coordenação dentro da Sociedade compreendendo, o Consultor Jurídico (nível de Superintendente), Superintendentes, Gerentes, Coordenadores e Chefes de Assessoria;
 - 2) Esteja envolvido em uma Reclamação de Prática Trabalhista indevida;
 - 3) Tenha sido denunciado à lide como réu no litisconsórcio passivo junto com um Conselheiro ou Diretor da Sociedade em uma Reclamação na qual se alegue que tal empregado tenha participado ou contribuído no cometimento de um Ato Danoso;
- Administrador, herdeiro, representante legal, ou representante de um Segurado falecido, incapaz ou insolvente, ou seu espólio, conforme o caso, por Perdas e Danos resultantes de uma reclamação por um Ato Danoso de tal Segurado.
- A cobertura securitária prevista garante o pagamento das Perdas ao Tomador do seguro, controlada, subsidiária até o limite máximo de garantia ou cada um dos limites máximos de indenização por cobertura contratada, conforme aplicáveis, por todas as perdas devidas por parte de cada segurado decorrentes de riscos cobertos e não excluídos pela apólice.

3.2 Cobertura B - Reembolso à Sociedade

- a) Representações relacionadas a procedimentos extrajudiciais;
- b) Herdeiros, representantes legais e de espólio;
- c) Responsabilidade solidária de bens;
- d) Cobertura automática para novas subsidiárias, com ativos inferiores a 30% (trinta por cento) do total de ativos;
- e) Despesas de defesa em procedimentos extrajudiciais, contra os Segurados;
- f) Retroatividade ilimitada para fatos geradores desconhecidos pelo Tomador e/ou pelo(s) segurado(s) anteriores ao início da vigência de apólice;
- g) Cobertura decorrente de poluição ambiental de RC do Administrador por Dano Ambiental, sublimitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), Custos de defesa e indenização para reclamações por prejuízos financeiros (inclusive para reclamações de dano corporal/material) e Custos de defesa para reclamações relacionadas ao dano corporal/material;
- h) Custos de investigação e perícia incluídos na definição de custos de defesa;
- i) Cobertura para reclamações contra os Segurados, relacionada às questões tributárias e trabalhistas e danos morais;
- j) Cobertura a título de despesas de defesa para recursos voluntários quando da aplicação de multas e demais sanções em âmbito administrativo contra os Segurados;



- k) Cobertura de reclamações contra os Segurados sob alegação de erros e omissões, relacionadas à prestação dos serviços e atividades inerentes ao objeto da Sociedade, quando da desconsideração de sua personalidade jurídica. Sublimitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- l) Cobertura de reclamações de danos corporais contra os Diretores e Conselheiros, Sublimite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Coberturas Adicionais	Limite Máximo de Indenização
Penhora Online e Bloqueio de bens	100% do LMG
Processos ou procedimentos Administrativos, Arbitrais e/ou judiciais	100% do LMG
Custos de Investigação	100% do LMG
Processos Judiciais ou Arbitrais Movidos pelo próprio Tomador e/ou pelas controladas e/ou subsidiárias contra o segurado	100% do LMG
Custos de Defesa Emergenciais	100% do LMG
Custos com publicidade para proteção da imagem pessoal ou danos à reputação (Despesas de Publicidade)	100% do LMG
Gerenciamento de Crises	Sublimite de R\$ 500.000,00
Herdeiros, Representantes Legais e Espólio	100% do LMG
Responsabilidade solidária de bens	100% do LMG
Cobertura para nova controlada subsidiária	100% do LMG
Responsabilidade Civil do Administrador de Empresas por Dano Ambiental	100% do LMG
Cobertura para responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável	100% do LMG
Multas e Penalidades cíveis e administrativas aplicadas ao segurado quando do exercício de suas funções em nome da sociedade	100% para custos de Defesa e Sublimite de 10% do LMG para Obrigações Pecuniárias

3.3 Demais Condições Do Seguro

3.3.1 Tomador do Seguro

Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB CNPJ: 00.322.818/0001-20

Endereços de Sede e das Unidades Descentralizadas

Unidade	Endereço
INB Rio de Janeiro	Av. Rio Branco nº 1, sala 1901 - Centro - Rio de Janeiro/RJ
INB Resende	Rod. Presidente Dutra, km 330 - Engenheiro Passos - Resende/RJ



INB São Paulo	Rua Miguel Yunes - 115 - Esquina Av. Interlagos - Jurubatuba - São Paulo/SP
INB Caetité	Fazenda Cachoeira s/nº - Zona Rural - Caetité/BA
INB Caldas	Rodovia Poços Andradadas, km 20,6 - s/nº - Campo do Cercado - Caldas/MG
INB Buena	Rua Principal s/nº - São Francisco de Itabapoana/RJ
INB Fortaleza	Av. Santos Dumont, 2828 - salas 805 e 806 - Aldeota - Fortaleza/CE
INB Santa Quitéria	Fazenda Itataia s/nº - Santa Quitéria/CE

3.3.2 Período de Vigência da Apólice

- 12 (doze) meses ininterruptos a partir da assinatura (10/11/2022 à 10/11/2023), com possibilidade de renovação por outro período de 12 (doze) meses (10/11/2023 à 10/11/2024).

3.3.3 Limite de Responsabilidade e Coberturas

- R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) – limite máximo para todas as coberturas combinadas (incluindo Custo de Defesa).

Coberturas:

- Cobertura A;
- Cobertura B;
- Coberturas Adicionais.

Franquia:

- Cobertura A indenizações dos Diretores/Administradores: R\$ Zero;
- Cobertura B Território Nacional: R\$ Zero.

Retroatividade:

- Retroatividade Ilimitada para fatos geradores desconhecidos pelos Segurados e/ou pela INB, na data de assinatura do contrato.

Prazo Complementar:

- Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O) 36 (trinta e seis) meses;
- Responsabilidade Civil Ambiental por danos causados ao Meio Ambiente e a Terceiros 36 (trinta e seis) meses.

Prazo Suplementar

- Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O);
-
- 12 (doze) meses: pagamento de prêmio adicional correspondente a 75% (setenta e cinco) do prêmio anual da apólice
-



- 24 (vinte e quatro) meses: pagamento de prêmio adicional correspondente a 100% (cem) do prêmio anual da apólice
-
- Responsabilidade Civil Ambiental por Danos causados ao Meio Ambiente e a Terceiros
- 12 (doze) meses: pagamento de prêmio adicional correspondente a 75% (setenta e cinco) do prêmio anual da apólice.
-
- 24 (vinte e quatro) meses: pagamento de prêmio adicional correspondente a 100% (cem) do prêmio anual da apólice.

Cobertura Automática para Novas Subsidiárias:

- Limita a 30% (trinta por cento) do total de Ativos.
 - Subsidiária (s): Todas as controlada(s) e/ ou Subsidiária (s) nesta data controladas pelo Tomador nos termos da legislação em vigor.
 - Nova (s) Subsidiária (s): 30%

Âmbito de Cobertura:

Responsabilidade civil de Diretores e Administradores (D&O) Reclamações iniciadas em qualquer parte do mundo.

Responsabilidade Civil Ambiental por Danos Causados ao Meio Ambiente e a Terceiros Reclamações iniciadas em qualquer parte do mundo.

Tipo de apólice:

Apólice a base de reclamação com notificação.

Condições Gerais:

Demais condições conforme legislação vigente.

4. Capacidade Técnica

As seguradoras participantes no certame deverão ter experiência comprovada na carteira de responsabilidade civil/administradores.

5. Critérios de Aceitabilidade do Objeto

Apólice de Seguro emitida conforme determinações deste TR.

6. Critérios de Fiscalização

Conforme determinações previstas na apólice de seguro.

7. Exclusões

Fica entendido e acordado que a Seguradora não terá qualquer responsabilidade por quaisquer Perdas Indenizáveis relacionadas a Reclamações contra o Segurado resultantes de, com fundamento em ou atribuíveis a:

- a) Quaisquer "Atos Lesivos contra a Administração Pública oriundos de corrupção interna", nacional ou estrangeira, praticados ou alegadamente praticados pelo Segurado. Por 'Atos Lesivos contra a Administração Pública' entende-se todas as circunstâncias que se enquadrem



em violações de leis, normas ou resoluções vigentes que disponham sobre o tema, incluindo, mas não limitadas àquelas descritas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), ainda que tais leis, normas ou resoluções não tenham sido aplicadas no caso em questão.

- b) Pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de Forças Armadas, ou de Empresa com participação do Governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, ou
- c) Pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionista principal, proprietários, empregados ou afiliados de qualquer cliente da Empresa ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados; ou
- d) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior;
- e) Atos ilícitos dolosos, previstos nas Leis nº13.303/2016 (Lei de Licitações); Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência) ou Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) ou legislação similar.

8- Sinistralidade

- Expectativa de Sinistro registrada junto à seguradora vigente à época do fato gerador, Chubb SeguradoraBrasil S.A, em 30/04/2019.
- Sem registro de sinistros na apólice atualmente vigente junto à Tokio Marine (09/11/20 à 09/11/22).



ANEXO IV PLANILHA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço Completo: _____

Contato: _____ E-mail: _____ Telefone: _____

OBJETO:

Contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil – D&O (Directors and Officers) para Diretores, Conselheiros, Administradores e Empregados da INB – Indústrias Nucleares do Brasil, apontados no grupo segurado (Pessoa Segurada), com abrangência no Brasil e no Exterior (Cobertura Mundial), conforme Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR 12 MESES (R\$)
Seguro de Responsabilidade Civil – D&O, conforme condições contratuais.	1	
Outros		
VALOR GLOBAL R\$		

TRIBUTOS (DISCRIMINAR):

No valor GLOBAL desta proposta já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra direta e indireta, tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, seguros, insumos, equipamentos, materiais, transporte e os demais necessários à plena execução dos serviços.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (.....).

Validade da Proposta Comercial: Preços válidos por 60 (sessenta) dias.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Nome: _____ Nome: _____

Cargo/Função: _____ Cargo/Função: _____

Assinará o Instrumento Contratual com certificado digital padrão ICP-Brasil? () SIM () NÃO

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco: _____

Agência Bancária n.º: _____ C/C do Licitante n.º: _____